

O
REFORMISTA

20 DE DEZEMBRO
DE 1849

O REFORMISTA.

JORNAL POLITICO, LITERARIO, E COMMERCIAL.

A Imprensa é a voz da sociedade moderna.
O seu sêncio é a moe da Iluminação.

Publica-se na Typographia de F. R. de Brito e Comp., na rua da Areia n.º 23; e saíra, por ora, quando for possível, ás 10 horas da manhã, com o número 100, que terá a silva em nome D. Pedro II, na Cidade, na Rua da São Francisco, Praça da Sé, Fernando Pó, Praça Freire, ou das Convocadas n.º 28; ás 100, na Bahia, se empanhado, e corr. (pode faltar o número) gratis; e as primeiras folhas, que se acharão, vindas toca legalizadas.

O REFORMISTA.

A Relação do Distrito acaba de provar ao delegado e juiz municipal deste Termo sr. dr. Manoel Tertuliano Thomas Henriques, que seu poder não é tão grande, que não haja quem possa reprender suas arbitrariedades e excessos.

Como já sabem os leitores, foi o nosso amigo sr. Francisco Ignacio Peixoto Flores suspenso, por aquele juiz, de advogar nesta capital, a pezar de se achar provisoriamente competente, e exercer sem nota e com muito crédito esse lugar a muitos anos. O sr. Flores, a instâncias de alguns amigos do Recife, e mesmo daqui, remeteu seus documentos à Relação, a qual, por Acordo do 1º do corrente, mandou reintegrá-lo no lugar de advogado, e ordenou que o juiz fosse processado, por excesso de jurisdição!

Se o sr. Manoel Tertuliano não houvesse somente consultado seus instintos de vingança; se se lembrasse que à um juiz, no exercício de suas funções, não é lícito recordar-se de inimizades, e que sua missão é só fazer justiça; e nada mais, estaria livre de passar pelo desgosto de ser brandido responsabilizar por esse seu acto arbitrio, e bem improprio do lugar, que ocupa, e de ver a vítima de sua prepotência triunfante, e restituída aos seus direitos, bem indignamente violados e espinhados.

Se o sr. delegado e juiz municipal tem estado persuadido (e em parte com razão) que pode aqui cometer todas-quantas violências, e arbitrariedades querer, certo de que nem o presidente, e nem o chefe de polícia lhe irão as mãos, e o deixarão correr pétas vias extralegais, saiba que ainda tem um superior, que lhe pode gritar - paraí: e que há de parar.

Será tão bem suspeita a Relação, na expedição desse Acordo? Teria sido gerada por outro sentimento, que não seja a convicção, que produz a razão e a justiça? O homem que já qualificou de - covil - a esse Tribunal, não sera muito, que agora o estigmatise, por esse acto de justiça!

Diz-se que os dois irmãos do sr. Manoel Tertuliano, a pezar de se julgarem colocados em consideráveis alturas, não se dignariam de subir as escadas dos Desembargadores para obterem, não ja a revogação do Acordo na parte, em que manda reintegrar o sr. Flores, mas a reforma na parte, em que ordena, q' seja o cassado, por excesso de jurisdição, o juiz municipal! Mas tiverão o desgosto de nada conseguir, e o juiz de

Direito fôi encarregado da organização desse processo, com obrigação de dar parte do seu resultado. Pobres Desembargadores! O que não terão eles de soltar?

Antes de aqui chegar o Acordo, de que se trata, e mesmo antes de se saber da opinião da Relação a respeito, disserão-nos, que, na hypothesis de vir ordem para ser reintegrado o sr. Flores, seria elle outra vez suspenso, poucos dias depois de entrar em exercício.

De nada dividimos. Mas perguntamos - faz conta ao sr. Manoel Tertuliano o lugar, que ocupa, e para obter o qual tanto empenho empregou? Se a resposta for afirmativa, como é de crer, aconselhamos a S. S. que se circunscreva nos limites das funções do seu emprego, pois que a Relação não tem o menor interesse na política da Paraíba.

Damos ao nosso amigo sr. Flores os parabens pelo triunfo, que acaba de obter contra a prepotencia de um juiz vingativo, embora as iras deste tenham de crescer na razão da justiça, que se lhe fez. E agradecemos aos Srs. Desembargadores a rectificação e o correto proceder, e principalmente agradecemos ao sr. Desembargador Luís Freire, que, segundo nós consta, muito empenho mostrou pela causa da razão, calando por momentos os sentimentos da amizade, para proceder com juiz recto e imparcial.

Se na qualidade de escriptores publicos temos obrigação censurar aos que procedem mal, é tão bem nosso dever elogiar aqueles, que, no nosso pensar, se conduzem bem; e assim o mesmo individuo, a mesma autoridade, e pode sem contradição, ser censurada, e elogiada, conforme os actos que praticarem.

Aqui publicamos o Acordo, de que tratamos.

Acordo em Relação & - Que se remeta ao Juiz de Direito da Comarca da Paraíba copia authenticada da Petição folhas, e mais papeis a ella annexos, para que omo Superior do Juiz Municipal, e primeira autoridade Judiciária da mesma Comarca, de as provisões que fôrem adequadas para a reintegração do Suplicante, e contra a vingancia praticada pelo dito Juiz contra o mesmo Suplicante. Advogado antigo, que exerce o seu emprego digo o seu officio desde 1833, competentemente provisoriamente, e acha-se ultimamente habilitado com a Provisão folhas, passada por Autoridade legítima, e competente, e de mais comprida per-los Juizes do Auditorio; e em correção do Juiz de Direito; e visto que com esse procedimento se verifica responsabilidade, por ter o mencionado Juiz Muni-

cipal chamado a si atribuições que não lhe competem, excedendo os limites das suas, mandão que o mesmo Juiz de Direito proceda na formação da culpa, e na forma da Lei contra o referido Juiz Municipal, dando de todo o seu procedimento parte a Este Tribunal. Recife 1º de Dezembro de 1849. Azevedo Presidente, Ramos, Villares, Bastos, vencido quanto a primeira parte, Leão, Rebelli, Luís Freire, Telles.

Aqui publicamos o ofício que nosso amigo dr. Maximiano Lopes Machado dirigiu ao 1º Secretário da Assembleia Provincial, dando a razão por que não podia tomar assento na mesma Assembleia; e desse ofício se conhecerá ainda o que foi, e o que é o actual presidente da Paraíba sr. dr. João Antônio de Vasconcellos.

Ilm. sr. Queira V. S. dignar-se de fazer patente a essa Assembleia as seguintes razões, que me impedem de comparecer, bem a meu pezar, na presente sessão.

Abracando por inteira, e profunda convicção a realização das idéas sustentadas pelo grandioso, e verdadeiramente patriótico movimento político à pouco, por circunstâncias diversas, abafado, mas nunca extinto; fui implicado no processo monstruoso, que o meu complice, e ainda presidente dessa província o baxarel João Antônio de Vasconcellos mandou instaurar na Cidade d'Área pelo demasiadamente ilustrado—actual chefe de polícia Cláudio Manoel de Castro.

Sobranceiro porém a todas as iniquidades, e traições do meu complice, que até me fez responsável pelo resultado da ação de 21 de Fevereiro, não tenho deixado de me anejar com o modo brusco, por que esse homem tem querido illaquear a religião do Monarquia, e rehabilitar-se para o ministério, a quem havia traido. Sendo ele em princípio dedicado aos interesses do povo, que conhece ser eterno, e os privilégios transitórios, tornanuo-se, pelo meu resultado daquella ação, o agente mais violento, persuidor, e audaz dos caprichos do governo, à quem humildemente serve. Tomando a frente das baionetas, e das novas autoridades policiais traçou pelo seu próprio punho, e em seu nome uma ordem de prisão contra mim, sem despistar-lhe a consciência, que essa mesma me havia poucos dias antes escrito cartas no sentido da revolução! Fui efectivamente arrastado para a imunda cadeia dessa capital sem a menor formalidade legal; e ahí suspenso do exercício do meu lugar sem audiência previa em detrimento de disposições legislativas, e constitucionais! Ainda jazeria prezo, à não ser a independência, e honradez do muito digno então juiz de direito interino sr. dr. Victorino do Rego Toscane Barreto, que pondo de parte as ameaças do meu complice, mandou passar uma ordem de habeas corpus — em meu favor. Em quanto a polícia desse homem por sua ordem me persegeja, involveme-me em um reservado para a corte do Rio de Janeiro, recomendando-me ao sr. ministro da justiça, que me fez a honra de remover, ou antes de excluir-me da magistratura do paiz. Todo este estratagema produziu resultado favorável em seu favor, por que não sendo contrariado, conservou-se no logar que ocupa, em detrimento da intelligencia, do bom conseito, e da boa fé!

Pelo facto da horrorosa pronuncia que me implicou, pelas circunstâncias da época em que tudo é para recuar, e prevenir; em que se praticam os maiores escândalos, e crimes no intuito de se prevenir iguais;

em que se pretende anniquilar o poder do povo, e as mais puras intenções, com o fim de seus perseguidores se tornarem formidáveis, soberanos; em que finalmente se rasga a Constituição para salvar a Constituição; entendi que me devia retirar para onde não chegasse o ar empregnado do meu complice, que ainda hude recuar de horror pelas suas inconsequências, e desvarios. Tais são os ponderosos motivos, que me privão de offercer os meos limitados serviços a minha Província.

Deos Guarde a V. S. Villa de Quexaramubim 1 de Agosto de 1849.

Ilm. sr. 1º Secretario d' Assembleia Provincial da Paraíba.

Maximiano Lopes Machado.

VARIÉDADE

Quais os elementos doctrinários, que se desenvolvem e insinuam na escolta oligárquica do Brasil?

ELLOS

1º Discussão crítico-política, a cerca das soluções das questões, qual é melhor a reunião de armas pelos modelos, supponhamos e padis, semelhantes à quella q' o Marquez de Parauagna queria instaurar, nos dentes, atravessando o nado o Oceano, e espingardas tais como as que o sr. José Clemente negociou com o nosso amigo Guilherme Yung, e com estas armas libertecidas conquistarmos o Brasil, tempo colonial; ou o emprego de meios machiavélicos para (ao menos) sustentarmos no Brasil um governo forte e absoluto? — Item — Qual das três associações em particular é mais conveniente aos fins da Oligarquia; a da *columna do trono e do altar*, do sr. Clemente, a *dissensão* do sr. Paulino, a *tyrannie* do sr. Honório, ou a *aglomeração de todas principalmente*? Os Lentes, que são os mesmos chefes, sustentão a doutrina da jogação, como meio de a negarem ao Senado com a Câmara dos Deputados...

2º Lições de scepticismo político e religioso, aplicadas ao sistema de intelectuamento pessoal — por Mr. Dupin.

3º Lições de economia política, e de finanças, apoiadas na doutrina d' associação de Samuel Philippe, por Mr. Calmon.

4º Dissertações a cerca do sistema monetário, ou meio circulante das *climatias* negociadas pelo sr. Vasconcellos, comparado com a emissão *abirrotante* de notas, ainda mesmo das fabricadas em Portugal e suas associações pelo Brasil; tudo para sua felicidade, com apêndice da teoria civilisadora da introdução, a surrelfa, de Africanos para *augmento das fileiras libertecidas*. Lente, o sr. da Clemência.

5º Lições de direito publico Turco — Xinez — Russo demonstrador do quanto é insocial a instituição da imprensa e da tribuna; elementos horríveis que fazem exaltar a *canalla*, e sobre quem os fidalgos tem o direito de vida e de morte. Lente proprietário Mr. Paulino, e substitutos Dom Tosta, Dom Nabuco, Dom Figueira, etc.

6º Reconhecida (como foi pelos maxuxos) a impossibilidade de levar a effeito não só a recolonização, como ainda o despotismo descarnado; admitem-se lições de direito publico constitucional

sophiomedo, para servir de embocadella aos impudentes; e estabilidade da reorganização e do futuro. Os Lentes d' esta cadeira são todos aqueles, à quem a necessidade dos recolonizadores chamou em seu auxilio, tirando-os da comunhão ultra-liberal, que lhes não offerecia as posições de Crespo... e outras iniquidades d'este mundo real, sinequa, non... Não ha rídorio possível...

7º Lições diplomáticas, em que se prova, que sem a influencia estrangeira, ainda mesmo nas nossas causas mais particulares, e domesticas, distinguem por de cá viver; de maneira que, a idéa de commercio e indústria nacional, sobre ser anarquica, e incompatible com os interesses da oligarchia. Lente o sr. da Clemência.

8º Lições historicas — políticas, demonstrativas de ser a melhor forma dos corpos colectivos: senatoris, aquelles, cujo poder esteja a cima de todos os poderes, como por ex: o senado modelo de Venezuela, e na falta d'este o de Inglaterra, que, unido aos grandes proprietarios, nomea os dois terços dos comuns. E para obtermos o completo resultado, em que vai ja figurando o nosso, não haja sacrificio que se não fassa, bem entendido, a custa do suor da *canalla*, como já se fez com a bella eleição do sr. José Clemente Pereira, e outros, que alias ainda (o que se despendeu) não chega a dois milhões; assim como ser conveniente a guerra de Norte e nomeações Ernesto-Chichorro ainda e colhidos por Deus Padre! Lente, o sr. de Olinda.

9º Lições de jurisprudencia eleitoral, ensinando, que além de ser o governo a única entidade que deve influir nas eleições (uma vez que a eleição é a maria do tempo) a escolha dos elegíveis deva pura e simplesmente recahir em gente *ads stricta ao budget*, aglomerando-se na tal representação, comique os membros d'essas gerarchias, à que chamão poderes constitucionais; de maneira que, o mesmo deputado que fizer leis, seja o seu executor; e em todo caso, que um senador, cooperando para a faculta d'essas leis, possa (em caso de necessidade) destruí-las, por ex: — de manhã visitar a caçaca de senador, de tarde a farla de general; de manhã com a pena da condescendencia, de tarde com a espada do Paraguá... finalmente, gondola na câmara, beca no Tribunal, et sic ceteris...

10º Lições de estatística nacional, com a qual se prova a necessidade de propiciar o povo à revolta, como meio de deminuir o por demasiado, não só massacrando-o, como recratabo-o em massa. Estas duas ultimas cadeiras são ocupadas simultaneamente pelos srs. de Alegre-montes, Zebra-Africana, ou pelos substitutos Dom Tosta, e honorario Dezenbargador da Figueira.

E tão-bem, estas dez cadeiras ou tripeças, se encerrão em duas, convém a saber, amarelem-se a si sobre todas ás couzas, e ao *reposto*, como a elles mesmos.

O Figo n'elles.

CORRESPONDENCIA DO Reformista.
Recife 6 de Dezembro.

.... O estado de Pernambuco é realmente assustador; ninguém tem confiança na actualidade; a revolta vai ganhando terreno, e o governo com seus actos distópicos, com suas violências, e a causa de tudo se o governo tivesse sido mais prudente, e justo

se não servisse o exterminio como meio de dirigir, e submeter povos, tal vez as coisas não tivessem chegado no ponto, em que se achão. Pelo que fomos visto, e observado é o governo o provocador, e quando não, o que, neles seus actos, se mostra menos empenhado no acabamento da guerra. Não é novo, que o poder conspire contra o povo para levá-lo ao desespero, e chegar-se então a um fim, que se tem em vista, e no meu fraco modo de entender isto se está verificando na actualidade, e não sei que é todo isto para, e qual será o resultado de um semi-bruto sistema governamental.

Haja parte-se do moral para o positivo. E em verdade se se não reputa um crime a conspiração de se dirigir contra o povo, não sei com que direito se qualifica o crime a reacção do povo contra o poder. Dir-se que nem toda a conspiração é um crime? Bem; se ceda-se-me ao menos, que tem toda a reacção seja crime; e que quando muito tanto é crime, e uma como outra.

Ei contemporâneo do absolutismo. Sabia que a passar pela mirada do sr. General da Costa, sem ser por força de lei, tirar o meu chapéu. Haja que estamos em tempo de ninguém fazer, ou dizer de fazer, nada se não em virtude da lei, obrigar-se-me a tirar esse mesmo chapéu, sem que a lei o mande, e desaforo. Conspirar contra a lei, e invocar essa mesma lei, e moral de futil, a parte da consciência mia, e ourecio para vós. Era a moral dos Torquemadas.

Seria bonito concluir-se, que o crime só pode dar-se da parte do povo, e nunca da parte do governo. Com efeito se apena haja mais nor convicção, do q' pela razão, ao Pae a infabilidade das decisões disciplinares, e theologicas. As questões puramente políticas estão em diferente domínio. São presidiadas pelo progresso das ideias, e essa qualidade de presidência tem voto de desempate.

No mais, vamos indo como no tempo da inquisição. Somos felizes; por que quando o Pae do Ceu deu-nos boca, foi para falar, e braços para mover; mas ninguém hoje se mexe, e ninguém hoje fala. Eis o estado muito natural...

Pelo menos em quanto se não decidir a importantíssima questão, se o Tosta é estrangeiro, e o Nabuco e outros nacionais, ninguém pode falar. Decidido ainda ser o Tosta estrangeiro, e Pernambucano de jure o Barão, resta ainda que o poder irresponsável dicida a questão. Mas então os *padres conscriptos* apresentarão ainda ao mundo uma 3º nullidade de eleições. E por outro lado, eu ouço uma voz que interpella assim — oh! rei, que fostes fazer a Pernambuco? Nullificastes os meus actos, com os teos, para te veres forçado a nullificar os teos, e aprovar os meus!

E dahi, conseguistes pacificar Pernambuco? Mas então, se fostes obrigado a reconhecer que o meu meio governamental era preferivel ao teo, te impostaestes a obrigação de renunciar-me; mas tu que perdes a eleição, onde está teo poder, oh! rei de copas?! Vests coberto de lama, ainda que eu esteja coberto de rediculio, por essas ovacões de carros, cordas, bailes, e saraios de Pernambuco, e Bahia! A ti, e a mim preparão os pernambucanos de todas as cores políticas, que nos detestão...

Em conclusão que o Tosta não entra na lista sextupla, ninguém duvida; que o Barão seja o escolhido, isso muita; q' se recorra à nullidade de eleição, muitos acréscimos, no caso de não ser escolhido o barão.

As nullidades que já fazem conta vencer são estas, além de outras.

1º Estado anormal da Província.

2º Eleitores incompetentes, efora mesmo do espirito da declaração feita pelo Ministro do Império.

3º Votação de irmãos, primos, & - no Barão, à quem era lícito sahir na lista sextupla; mas só sahir, e nunca para ser escolhido! . . .

Vapor do Sul.

Pelo Vapor que no dia 16 deste mês tocou no porto desta Cidade, tivemos notícias das províncias dos sul, que ficarão em paz, a exceção da de Pernambuco, onde a revolta continuava e com mais furor.

Na Alfândega do Rio de Janeiro tiverão acesso alguns empregados subalternos.

O sr. Theodosio Ribeiro de Rezende não aceitou a nomeação de presidente da província de Goiás.

O sr. dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho foi nomeado secretário interino da província de Pernambuco.

O sr. Conselheiro Joaquim Francisco Vianna foi nomeado inspector da caixa da amarrisagem, passando o sr. Visconde de Goyana, que exercia este emprego, para director do curso jurídico de Olinda.

Forão demittidos da Alfândega da corte os srs. Raphael Pereira de Carvalho, e Augusto Cesar Laranja de Oliveira.

Na madrugada de 15 do mês passado falleceu repentinamente o Exm. Marquês de Queixeramobim.

No dia 21 crescerão extraordinariamente as agoas do rio Paraguassu, em cuja margem está assentada a Cidade da Cachoeira, por cujas ruas entraram as agoas em poucas horas. O Cachoeirão é muito um artigo a respeito:

«Pela madrugada estava de baixo de agoa a Praça da Manga, que fica em posição elevada relativamente a parte baixa da cidade; daqui se ajuza qual o estado da inundação. Admira-se também a razão da enchente nesta vez; por que não há exemplo igual: no espaço de sete horas tinha assobradado todos os obstáculos. No dia 22 pelas nove horas da manhã declinaram as águas, lentamente corriam em decrescendo. A cinco da tarde alguns lugares heram desobertos, mas a cidade conservava ainda todo seu centro sepultado nellas.»

Por Decreto n.º 649 de 21 de Novembro último foi regulada a maneira, por que se deve proceder na nomeação dos suplementos dos juizes municipais; e ali se diz, que não é permitido fazer nomeações parciais, durante o quatriénio, em quanto não estiver totalmente esgotada a lista dos primeiros nomeados; e nem tão bem é permitido alterar a ordem, em que forem designados os suplementos na ocasião da nomeação.

O sr. Vasconcellos, que combinou estas disposições emanadas do seu governo com os despropósitos, que tem feito com os juizes municipais, suplementos; demitindo uns, e nomeando outros, e alerrando a ordem de todos.

Le-se no Macabéo de 11 do corrente:

OH! DOR!

«A relação de Pernambuco acaba de negar provimento à interpresa pelos nossos amigos da monstruosa sentença proferida pelo jury dos voluntários! Só o sr. desembargador Firmino votou pela nulidate da sentença em consequência da incompetência do jury. Honra ao sr. desembargador Firmino, que deve sustentar a dignidade da ordem que encobrece,

Cream agora os Brasileiros na independencia do poder judiciario! Vejam se ha no Brasil quem sustenta seus direitos contra os ataques do poder! Em outro n. nos ocuparemos desta matéria.»

Cartas de Pernambuco dizem, que tendo sabido para as forças governistas em operações na quella província uma rica bagagem de armamento, munição, e dinheiro, foi tomada em caminho pelos revoltosos, voltando para o Recife o oficial com partes dos soldados, que aí iam guarnecendo, acompanhando outros os mesmos revoltosos.

Esta notícia é confirmada por alguns passageiros do Vapor, com os quais conversamos.

Consta que a relação de Pernambuco manda submeter a novo julgamento o sr. Jacaranda, condenado pelo Jury da Capital do Ceará, como autor do assassinato feito na pessoa do Major Facundo. Entre tanto essa mesma relação confirmou a senhoria dos treze políticos da quella província!!! Qual é o poder, que, pode competir o Executivo?

Em uma carta que temos presente, vinda do Recife le-se o seguinte: «Foi preso o Alemão Carlos, compositor da Typographia Nazarena, e hoje também foi preso o Laiola, dono da Typographia da Fez do Brasil, a ordem do Chefe de Polícia, ver nella se importar o Fiscal, e principalmente o Gallego, verem como elle concordasse em servir a Typographia, o Sub-delegado Barata o avisou da prisão, feita de ordem do Figueira de Mello, que dizem andar muito esfantaio, por que em uma dessas últimas noites virá a alma do matyr da liberdade NENES MAXIMO!»

Boatos.

Falla-se em desordens para as partes de Itabiana e Barra de Natividade, nesta província, e diz-se que o presidente receberá comunicações oficiais. Não temos notícia alguma particular a semelhante respeito.

Amuários.

Fugiu da Província do Ceará um escravo, de nome Francisco, com idade de 40 annos, pouco mais ou menos, e com os seguintes signaes - pardo escuro, alto, corpo lenro, fígiões grosseras, mal encarado, e com marca de vacina em ambos os braços; tem um cãozinho junto ao imbigo, com uma grande cicatriz, proveniente de uma facada, que levou. Achou-se fagido desde Agosto de 1843; consta andar no distrito de Mamanguape, onde tem um irmão, de nome Ignacio, escravo do sr. do Engenho Imberibeira. Quem o pegar, e entregar nesta Cidade ao baixo assignado, terá de gratificação 50^{reais}; e se o levar na Cidade do Ceará ao seo sr. o Tenente Coronel Antonio Pereira de Brito, e Paiva, terá 100^{reais}.

Cidade da Paraíba do Norte 18 de Dezembro de 1849.

— Vicente do Rego Toscano de Brito.

Loteria das Milreis.

Como ainda existe um número de bilhetes maior, do que aquele, com que acaba de ficar, roga-se ao respeitável publico queira concorrer a compra de se pequeno numero excedente; para se efectuar o aniversário das todas impreterivelmente no dia 21 do corrente, e para que tenham melhor festa aquelles, a quem tocarem as melhores sortes.